

Tendências religiosas na antroponímia rondoniense

Religious trends in the anthroponomy of Marechal Cândido Rondon city

Patrícia Helena Frai

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras

<http://orcid.org/0000-0003-0961-0051>

patriciafrai@hotmail.com

Resumo

É de sabedoria popular que atribuir nomes religiosos aos filhos pode significar devoção a um santo, personagem bíblico ou crença religiosa particular de uma determinada comunidade. No entanto, ao saber de fato as reais motivações para um determinado antropônimo, a partir de entrevistas com pais ou os próprios portadores do nome próprio, observa-se que nomes religiosos podem evidenciar questões além da simples devoção. Nessa direção, o objetivo deste artigo é analisar, a partir dos estudos da Socioantroponomástica, quais fatores influenciam na prática de nomear um filho com o modelo de atribuição tradicional denominado como a *religião* (JIMÉNEZ SEGURA, 2014). Para tanto, a pesquisa se utiliza de um *corpus* formado por 250 nomes justapostos coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, em um espaço de tempo que abrange 1930-1940 a 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Brasil. A pesquisa aponta que atribuir nomes religiosos pode fazer parte de um ideário de uma determinada comunidade, bem como a nomeação de um filho, através de um nome bíblico, pode evidenciar questões identitárias além do significado restrito do nome (SEIDE, 2016).

Palavras-chave: Socioantroponomástica; Motivação religiosa; Nomes justapostos.

Abstract

It is popular wisdom that giving religious names to children can mean devotion to a saint, a biblical character, or a particular religious belief in a particular community. However, when knowing in fact the real motivations for a specific anthroponym, from interviews with parents or the name bearers, it is observed that religious names can highlight issues beyond simple devotion. In this direction, the aim of this article is to analyse, from the studies of Socioanthroponomics, which factors influence the naming of a child with the traditional attribution model called as *religion* (JIMÉNEZ SEGURA, 2014). To this end, the research uses a *corpus* of 250 juxtaposed names collected from semi-structured interviews, in a span of time ranging from 1930-1940 to 2010, in the city of Marechal Cândido Rondon, Brazil. The research points out that assigning religious names can be part of an ideal of a certain community, as well as the naming of a child, using a biblical name, can highlight identity issues beyond the meaning of the name itself (SEIDE, 2016).

Keywords: Socioanthroponomics; Religious motivation; Juxtaposed names.

Introdução

Os nomes próprios de pessoas revelam marcas identitárias e culturais de uma comunidade. É nesse enfoque que a Socio-Onomástica estuda os nomes próprios de pessoas, também denominados aqui, antropônimos. Estudar tais nomes tem sido alvo de diversas pesquisas, sendo elas da área de Letras, Sociologia, História, Antropologia, entre outras. A grande diferença é o enfoque que essas disciplinas podem dar a esses estudos, isto é, os antropônimos como meio para chegar a um resultado ou utilizar os nomes próprios como um fim, tendo em vista o caráter de estudos na área de Letras (SEIDE, 2016)¹.

Nessa direção, encontra-se a perspectiva teórica deste artigo. Acredita-se que os nomes próprios de pessoas, além de signos linguísticos, podem ser uma grande fonte de estudos da sociedade. Isso mostra que os antropônimos não exercem apenas a função meramente *distintiva* e *designativa*, como era apontado nas primeiras pesquisas na área da Antroponomástica (Mill, apud DICK, 1992: 181), para o autor, os nomes teriam apenas a função de diferenciar um indivíduo de outro e não implicavam em nenhum significado. Essa ideia de nome próprio restringe os estudos da área, pois acaba tornando-se apenas uma *marca de identificação pessoal* (DICK, 1992: 181), o que desconsidera outros sentidos que eles podem conotar.

Dick (1992) amplia essa percepção ao considerar os estudos da Antroponomástica no Brasil e afirmar que tais peças lexicais são, na verdade, *significativas* e *conotativas* (DICK, 1992: 181). A escolha do nome próprio de pessoa para o atribuir a um filho, evidencia crenças em que, em um determinado momento, os pais acreditavam. Nessa perspectiva de estudo, surge a Socio-Onomástica, que tem como objetivo o estudo nos nomes próprios sob um viés social, cultural e identitário (VAN LANGEDOCK, 2007). Assim, observa-se que há diferentes

¹ Outros enfoques de pesquisas antroponomásticas podem ser realizados sob o âmbito social, como a Antroponomástica Comparada (SEIDE, 2020a). A perspectiva da comparação antroponímica ocorre diante da necessidade de compreender os movimentos migratórios e as consequências nas línguas de uso, o que provoca, muitas vezes, a tradução de antropônimos.

motivações que levam os pais a atribuírem um determinado nome ao filho, as quais podem ser religiosa, de homenagem a algum familiar ou amigo por influência midiática, por circunstâncias de nascimento, entre outras (GUÉRIOS, 1981). Além disso, há trabalhos que visam compreender a mudanças dessas escolhas em uma determinada comunidade, como Pensin (2020), que conseguiu mostrar como o perfil nomeador de habitantes em diferentes momentos podem ser distintos e influenciar as mudanças, no decorrer de um eixo cronológico,

Considerando essa perspectiva de estudo, o presente artigo tem como objetivo verificar a frequência do uso do modelo de atribuição tradicional religioso em nomes justapostos femininos e masculinos na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná - Brasil. Inicialmente, foi utilizado um *corpus* de 250 nomes justapostos, gerados a partir de entrevistas semiestruturadas de uma pesquisa de mestrado defendida em 2016. Esses nomes foram divididos igualmente entre os gêneros feminino e masculino em um recorte diacrônico que contempla as décadas de 1930/1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Cumpre informar que são considerados como antropônimos justapostos aqueles constituídos por duas peças lexicais, atribuídos ao filho de maneira, muitas vezes, não usual, por exemplo, *Maria Bruna* e *Pedro Henrique*. O primeiro nome será referenciado aqui como n1 e o segundo nome como n2.

É objetivo da pesquisa também, observar a luz da Socio-Onomástica, algumas hipóteses explicativas sobre o porquê do uso de tais nomes, observando a incidência da motivação em cada gênero e observar as razões pelas quais tais escolhas puderam ter sido feitas no período temporal de análise. Nesse sentido, algumas perguntas norteadoras, consoantes com uma pesquisa de Seide (2016), são feitas a fim de que se possa analisar o *corpus*: a maior frequência de nomes religiosos em uma determinada década pode comprovar maior religiosidade? No sentido inverso, se há alguma década com menos menção a motivação religiosa, seria pertinente afirmar que as pessoas do município se tornaram menos religiosas?

Para esta pesquisa que ora se apresenta, foi selecionado apenas o número de ocorrências do modelo de atribuição tradicional religião, tanto as ocorrências em n1 e n2 feminino, quanto n1 e n2 masculino. A motivação foi assim categorizada a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, isto é, para a categorização dos antropônimos, o trabalho se valeu das narrativas feitas pelos informantes, sobre aquilo que eles sabem ou ouviram de seus pais.

Assim, o artigo, primeiramente, traçará o aporte teórico que a pesquisa se utiliza, em seguida, é apresentado a metodologia adotada para a análise. A seguir, é realizado a análise quantitativa dos dados e, por conseguinte, as hipóteses que podem explicar os números obtidos. As considerações finais é o último elemento do artigo.

A motivação religiosa na Socio-Onomástica

Os nomes próprios podem ser estudados por duas perspectivas diferentes, a primeira, sob o viés estritamente linguístico e a segunda, sob o aspecto social e cultural (GUÉRIOS, 1981: 16). Pesquisas que adotam o primeiro viés, normalmente, utilizam-se de análises documentais, o objetivo é estudar, por exemplo, a etimologia e a origem do nome. Já as pesquisas que adotam o segundo viés, necessitam fazer entrevistas e saber o porquê da escolha dos nomes, ou seja, por que os pais atribuem determinado nome ao filho e quais são os fatores os fizeram escolher determinado nome e não outro.

Para entender os fatores sociais e culturais que influenciam na norma antroponímica de um determinado lugar, observa-se que as pesquisas da área da Socio-Onomástica utilizam a categorização antroponímica que culmina nas motivações dos nomes próprios de pessoas.

De acordo com Seide (2018), a categoria antroponímica se divide em antropônimos cuja motivação é tradicional ou da moda. A autora define que nomes tradicionais são aqueles que se referem aos valores morais, que são perpassados de geração em geração, como também, podem ser aqueles usados habitualmente e são considerados tradicionais em um determinado lugar

(SEIDE, 2018: 168). Tal categoria se subdivide nas seguintes motivações: nomes religiosos e nomes que são homenagem aos familiares. A segunda categoria são os antropônimos muito utilizados em um determinado momento, fazem parte do gosto coletivo, mas que subitamente podem não ser utilizados, tendo assim, intervalos temporais de uso. As motivações consideradas da moda são a influência midiática – nomes de famosos, e nomes atribuídos devido à estética: som, rima, ortografia.

No que se refere aos nomes tradicionais, a motivação religiosa é o objeto de estudo deste artigo. Considera-se nomes cuja motivação é religiosa aqueles que foram nomeados a) devoção a um santo: pais atribuem um nome ao filho porque a família é devota de algum santo católico b) nome bíblico: atribuição de nomes de personagens da bíblia c) nome atribuído pelo calendário litúrgico: quando a criança nasce no dia de um santo e, por isso, é nomeada com tal antropônimo d) nome de padrinhos ou atribuído por padrinhos: considerando que os padrinhos são escolhidos para o batismo da criança e por isso, associados com a educação cristã do indivíduo.

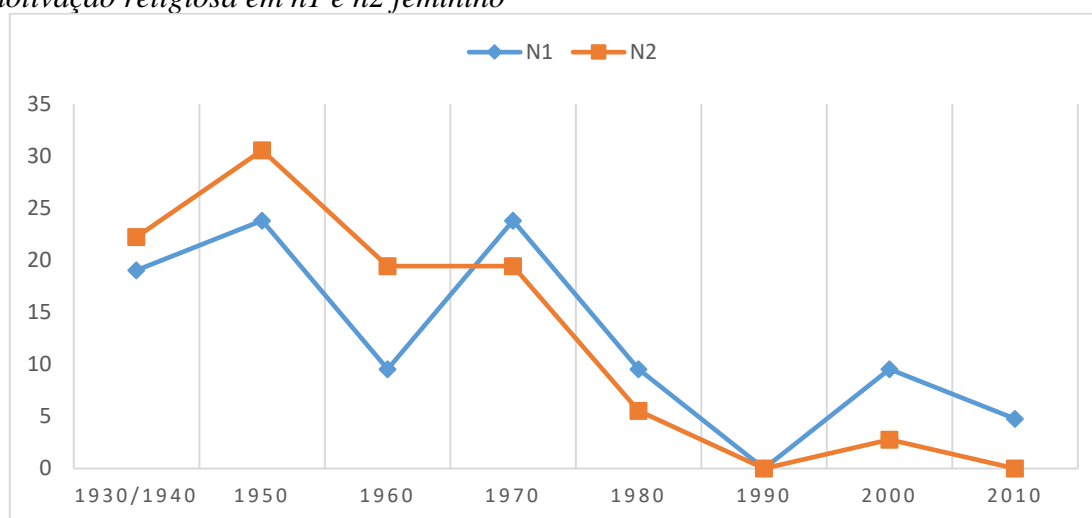
A motivação religiosa em antropônimos femininos e masculinos

Para verificar a quantidade de ocorrências do modelo tradicional religião de nomes próprios, foram contabilizadas o número de ocorrências da motivação em n1 e n2 feminino, e n1 e n2 masculino. Cada gráfico apresenta separadamente o número em porcentagem da motivação religiosa para ambos os gêneros considerando o total de ocorrências. Primeiramente, foi feita a comparação entre n1 e n2 feminino, logo após, n1 e n2 masculino, em seguida, os dados foram cruzados, a fim de que se pudesse visualizar as possíveis diferenças no comportamento da motivação em nomes femininos e masculinos. Cumpre informar que os dados foram contabilizados em percentual, a fim de que se pudesse tornar comparável os dados ora mensurados.

No que se refere aos nomes justapostos femininos, foram contabilizados o total de 21 menções para n1 feminino e 36 para n2. O gráfico a seguir ilustra a frequência da motivação em cada década em percentual.

Gráfico 1

A motivação religiosa em n1 e n2 feminino



Fonte: elaborado pela autora (2019)

A partir do recorte diacrônico, é possível observar a motivação religiosa possui ocorrências distintas nas décadas de análise. Em 1930/1940, é possível observar que n1 feminino obtém um percentual de 19%, possui um pequeno acréscimo de 4% na década posterior, somando 23%. Na década de 1960, a motivação religiosa decai para 9%, não obstante, em 1970, volta a ser mencionada novamente e chega no máximo de ocorrências, igualando a década de 1950: 23% das ocorrências. Após 1970, o percentual cai nas próximas décadas, em 1980, é de 9% e em 1990, não há nenhuma ocorrência da motivação. Em 2000, a motivação volta a ser mencionada em 9% das ocorrências e em 2010, apenas 4% dos casos.

Em n2, o comportamento no início do recorte temporal é semelhante a de n1. Em 1930/1940, n2 obteve um percentual de 22%, 3% a mais relacionado com n1. Na década de 1950, obteve o maior acréscimo, atingindo o total de 33% das ocorrências, sendo assim 10% a mais do que n1. Ainda que o número de ocorrências seja diferente entre n1 e n2, observa-se que

o comportamento de acréscimos e decréscimos são semelhantes. Na próxima década, a religião tem 19% das ocorrências, mesmo tendo um decréscimo em relação à década anterior, ainda é maior o número de ocorrências de n1 (9%). Esse percentual se mantém constante na década de 1970, 19% é o percentual observado. Nesse ponto, enquanto n2 se mantém constante na motivação religiosa, em n1, os números de ocorrências aumentam em 14%; os dados apontam para uma dinamicidade maior em n1 do que n2.

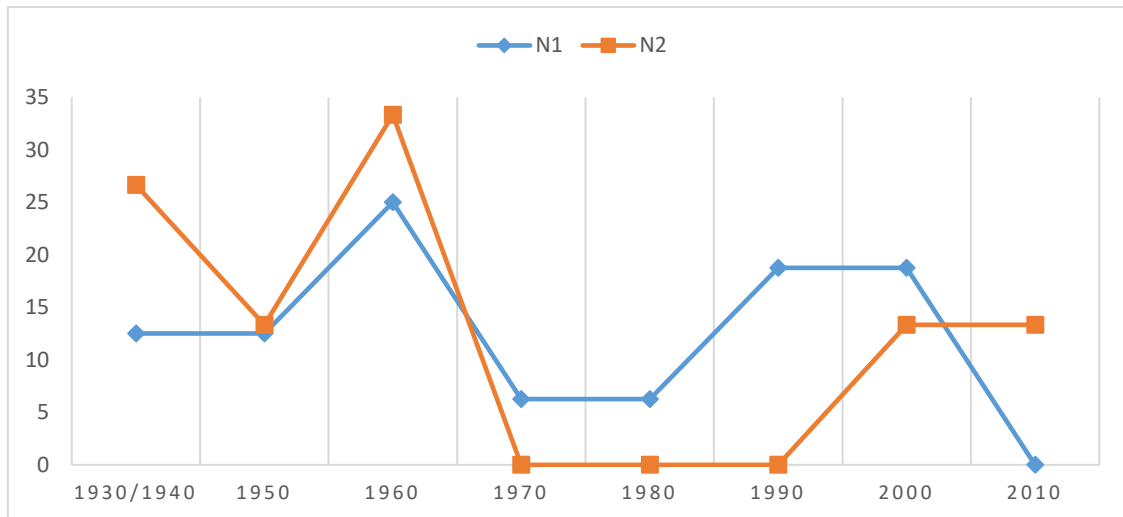
Em 1980, a motivação religiosa em n2 sofre uma queda significativa de 23% em relação à década anterior, nesta apenas 9% e, em 1990, não há nenhuma menção a motivação religiosa. Fato este que também pode ser observado em n1. Novamente, nota-se semelhanças no comportamento das ocorrências. Nas últimas décadas, 2000 tem um aumento irrisório de 2% e volta a posição zero em 2010.

Diante dos dados ora descritos, é notável a existência de períodos em que a motivação religiosa possui um comportamento semelhante tanto para n1, quanto para n2. Em outras palavras, nas décadas em que há aumento de tal motivação em n1, o mesmo ocorre em n2; momentos em que n1 diminui as ocorrências, em n2 também diminui. Apenas em um período em que o comportamento diverge, entre 1960 e 1970. Enquanto que para n1 tem aumento da motivação em n2, a menção a motivação se mantém constante.

O gráfico a seguir aponta para os números concernentes a n1 e n2 masculino.

Gráfico 2

Motivação religiosa em n1 e n2 masculino



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Na década de 1930/1940, n1 inicia com 12% das ocorrências, o mesmo percentual se estende a 1950 com 13%. Na próxima década, em 1960, houve um aumento de 12%; o maior percentual da motivação religiosa para n1 masculino é nesta década, totalizando 25% das ocorrências. Por conseguinte, há uma queda de 19% no percentual entre a década em questão e 1970. Assim continua até 1980, cujo percentual também é de 6%. De 1980 a 1990 há um aumento e o número de ocorrências é de 18%, que se mantem constante até 2000 e, por fim, há uma queda brusca em 2010, cuja motivação não tem nenhuma ocorrência.

Em n2, a motivação religiosa obteve 26% das ocorrências em 1930/1940 e na década posterior sofreu uma queda para 13%, praticamente o mesmo percentual que iniciou as duas primeiras décadas de n1. Na década de 1960, há o maior percentual da motivação religiosa para n2 masculino: 33% - uma diferença de 8% para n1. Nota-se que em 1960 há o maior número de ocorrência da religião tanto para n1 quanto para n2. Se nessa década há o maior número, na década posterior, 1970, não houve nenhuma menção aos nomes religiosos e esse fato se estende por três décadas consecutivas: 1970, 1980 e 1990. Diferentemente o que ocorre em n1: estagnação entre 1970 e 1980 (6%) e aumento de 1980 a 1990 de 12%. Na década de 2000, retornam os nomes religiosos, e o percentual se eleva a 13% e se mantem constante em 2010.

É possível ver, a partir do gráfico que o comportamento do modelo de atribuição tradicional religião, mesmo com percentuais diferentes, ora converge, ora diverge. O intervalo entre 1950 a 1980 tem semelhanças: na década que os percentuais aumentam em n1, o mesmo ocorre para n2. A partir de 1980, os dados divergem, enquanto que para n2 se mantem a zero a motivação religiosa de 1980 a 1990, em n1 o percentual acresce 18%. Há outro momento nas últimas décadas, em n1, de 2000 a 2010 a motivação decaiu 18% e chega a zero menções, enquanto n2 é constante em 13%.

Tendências na motivação religiosa em antropônimos femininos e masculinos

Algumas considerações devem ser feitas sobre os principais dados ilustrados nos gráficos a fim de que possam ser objeto de reflexão nesta seção. O primeiro ponto a ser destacado é o modelo de atribuição nominal tradicional religião predominante em n1 feminino. O percentual é mais elevado nas décadas de 1930/1940, 1950, 1970, 1980 e 2010. No que se refere a n2, nos nomes masculinos, a motivação não foi mencionada em três décadas consecutivas, enquanto que para n2 feminino, são duas décadas não consecutivas (1990 e 2010). A motivação religiosa também não é mencionada em n1 masculino na década de 2010, no entanto, na mesma década, há 13% de percentual de motivação em n2, mostrando assim que muitas vezes a diminuição da motivação ora pode ser em n1, ora em n2, ou seja, nem sempre n1 foi atribuído com a mesma motivação de n2. Nos nomes femininos, o intervalo em que não houve menção para a motivação religiosa tanto em n1 quanto em n2 é apenas em 1990, fato este que diferencia do comportamento visto nos antropônimos masculinos.

Mesmo que alguns apontamentos sejam feitos, fica evidente que a motivação religiosa, tanto em nomes femininos quanto os masculinos, decresceu visivelmente para ambos os sexos em 1980 e principalmente em 1990, ainda que tenha havido um pequeno acréscimo nas décadas posteriores. Os números revelam que em 1990, por exemplo, não houve nenhuma ocorrência

de nomes religiosos em nomes femininos, tanto em n1 quanto n2; e para nomes masculinos houve três ocorrências, o que pode ser evidenciado como um valor menor se comparada com outras décadas. Com base nessas afirmações, tem-se alguns questionamentos acerca desses comportamentos: será que há perda da religiosidade na cidade de Marechal Cândido Rondon, que pode ser evidenciada na diminuição da motivação religiosa? A volta dessas motivações seria uma retomada de valores religiosos? Por que nomes cuja motivação religiosa foi mais atribuída principalmente às mulheres da década de 1930/1940 e 1950?

Seide (2016), em um artigo sobre a identidade religiosa, compara o uso dos nomes que são pretensamente religiosos, isto é, que possuem significado religioso, com aqueles que possuem a motivação religiosa na cidade de Marechal Cândido Rondon. Para tanto, são utilizados três *corpora* diferentes de análise: certidões de nascimento lavradas no Cartório de Registro Civil da cidade no período de 1961 a 2001, relatos e questionários respondidos por alunos do curso de Letras, no ano de 2012 e 2013. A autora se utiliza do método qualitativo para a análise dos nomes, bem como uma perspectiva interdisciplinar para compreender o fenômeno do uso de nomes pretensamente religiosos. Inicialmente, foi separado os nomes dos acadêmicos cujo lema era religioso, como por exemplo: *José, Cristina, Teresinha e Fátima*. Seu significado foi averiguado em dicionários etimológicos como o de Guérios. Em seguida, tais antropônimos foram comparados com os nomes encontrados nas certidões de nascimento. A comparação mostrou convergência de uso, os mesmos nomes atribuídos aos acadêmicos são evidenciados nas certidões de nascimento no respectivo ano de atribuição. O nome *Cristina*, encontrado nos relatos dos acadêmicos são de pessoas nascidas em 1980 e 1990, mesmas décadas em que *Cristina* se evidencia nos registros em Marechal Cândido Rondon (SEIDE, 2016: 340).

Com base na grande quantidade de nomes pretensamente religiosos encontrados nos relatos, questionários e nas certidões, é possível notar uma tendência em se utilizar tais

antropônimos. Porém, outro fator averiguado é se tais nomes foram atribuídos de fato por serem nomes religiosos. Nessa direção, foi observado que grande parte dos nomes pretensamente religiosos foram atribuídos por motivações distintas, fato este comprovado a partir das narrativas dos informantes. O nome *Crystine*, derivado de *Cristina*, foi atribuído, segundo a informante porque os pais acharam bonito e chamativo a sonoridade do nome (SEIDE, 2016: 341). Dos 15 nomes analisados, apenas dois foram nomeados de fato, pelo seu valor semântico, fato esse datado pelas décadas de 1980 e 1990, as mesmas décadas que não apresenta motivação religiosa nesta pesquisa.

De acordo com Seide (2016), atribuir nomes religiosos aos filhos a partir de seu lema é uma forma de demarcar a identidade religiosa da família ao filho. O uso da motivação religiosa ao atribuir um filho indica uma identidade da qual os pais objetivam passar ao filho. Dessa maneira, para entender esse fenômeno, Seide (2016) aponta algumas hipóteses que podem justificar os resultados. Para tanto, foi necessário entender se há na cidade de Marechal Cândido Rondon um decréscimo com a identificação da religiosidade e se a expressão da identidade não se revela mais a partir dos antropônimos, e sim por outras formas.

As mesmas hipóteses podem ser levantadas com base nos resultados aqui analisados. Será que o fato de não haver menções aos nomes religiosos nas décadas de 1990 tanto para n1 quanto n2 feminino, e não haver menção em três décadas consecutivas para n2 masculino pode estar atrelada a perda da religiosidade? É importante salientar aqui que não é objeto de estudo deste artigo os nomes pretensamente religiosos, se bem pesquisas com esse viés podem ser realizadas posteriormente. O foco aqui é entender se tal hipótese também pode ser aplicada ao fenômeno que aqui se destaca, visto ser a mesma cidade de análise, como também o mesmo recorte temporal.

Para atestar a primeira hipótese, Seide (2016) se utiliza do censo do IBGE para averiguar se a religiosidade diminuiu. De acordo com dados do IBGE de 1960, 91,21% da população

nacional era católica; 5,30% protestantes; 0,38% sem religião e não declarado 0,039%. Em 2010, o censo do IBGE informa: 64,83% são católicos; 22,26% evangélicos; 0,52% luteranos; 8,039% sem religião; não declarado ou múltiplo pertencimento 0,337%. A classificação das categorias já aponta para uma diferença no que concerne à questão da religiosidade. O número de categorias de 1960 para 2010 aumentaram: de 8 para 22, “Essas características do censo mais recente são sinais de que a definição subjacente de identidade religiosa adotada não é a mesma adotada em 1960. Atualmente, a identidade religiosa parece ser vista como algo pessoal, fruto de escolha individual e passível de se modificar” (SEIDE, 2016: 345).

A autora também compara os dados com o IBGE 2010 de Marechal Cândido Rondon: 56,21% são católicos; 38,85% evangélicos; 25,11% luteranos; 2,06% sem religião e não declarou ou múltiplo pertencimento 0,22%. Fica evidente que os dados sem religião são inferiores no município em comparação com os dados nacionais, por isso, alterariam a ideia de que a comunidade rondonense teria tido decréscimo da religiosidade. Por isso, a autora refuta a primeira hipótese.

O mesmo pode ser observado com os dados gerados a partir das entrevistas aqui analisadas. Observa-se, a seguir, a quantidade em percentual de religiões informadas nas entrevistas:

Tabela 1
Religiões mencionadas em percentual para cada década

Década	Religiões mencionadas em percentual
1930/1940	Católica – 94% Evangélica – 3% Evangélica luterana – 3%
1950	Católica – 79% Evangélica – 15% Evangélica luterana – 6%
1960	Católica – 82% Evangélica – 15% Espírita kardecista – 3%
1970	Católica – 82% Evangélica – 15% Evangélica luterana – 3%

1980	Católica – 74% Evangélica – 26%
1990	Católica – 59% Evangélica – 32% Evangélica luterana – 6% Espírita kardecista – 3%
2000	Católica – 68% Evangélica – 23% Evangélica luterana – 3%
2010	Católica – 63% Evangélica – 31% Evangélica luterana – 6%

Fonte: elaborado pela autora (2019)

Os informantes da pesquisa são em todas as décadas predominantemente católicos. Embora seja o maior percentual, é necessário pontuar, dentro do recorte diacrônico oscilações na categoria católicos. O maior índice foi em 1930/1940, a partir de 1950 houve alterações de 3%, mantendo 1960 e 1970 o mesmo percentual. Em 1980, um decréscimo de 8% e o valor mais significativo em 1990, outro decréscimo de 13%. Em 2000, houve um aumento de 9% e em 2010 mais uma decaída de 5%.

Ao passo que os católicos diminuíram durante o período de análise, os evangélicos aumentaram. Em 1930/1940, apenas 3% simbolizava essa categoria; o aumento significativo ocorreu em 1950, o número de evangélicos cresceu em 12% e permaneceu constante nas próximas duas décadas. Em 1980, o número se elevou para 26%, isto é, um aumento de 11% em relação à década anterior. Em 1990, há outro aumento de 6%, além de aparecer outras religiões mencionadas. Em 2000, houve um decréscimo de 9% e, por fim, em 2010, aumento de 8%. O mesmo fenômeno foi apontado por Seide ao perceber que nas últimas décadas havia mais categorias disponíveis.

Outro fator convergente, é que os dados do IBGE 2010 de Marechal Cândido Rondon mostraram outras categorias de religião, assim como é visualizado na tabela acima. Além de católicos e evangélicos, em todo o período temporal, foi possível observar a denominação de evangélicos luteranos e espíritas kardecistas. Salienta-se ainda que, embora, na pesquisa, grande

parte dos informantes sejam católicos, o município em questão, foi colonizado, principalmente, por famílias germânicas, onde a prática do luteranismo era a prática luterana predominante (SAATKAMP, 1985: 207).

Entretanto, nesse *corpus*, não houve menção de informantes sem religião ou não declarado, o que pode também refutar a ideia de que o fato de ter diminuído a motivação religiosa no período de 1980 a 2000 teria diminuído a religiosidade dos munícipes.

Outro ponto apresentado por Seide, atestando a segunda hipótese é que a expressão da identidade religiosa não é expressa na escolha de nomes religiosos aos filhos a partir da década de 1980 (SEIDE, 2016: 348). O relato do aluno *Valdiney José*, nascido na década de 1980, é utilizado nessa investigação. Segundo ele, o nome de seu pai, *José* (nascido entre as décadas de 1950 e 1960) foi atribuído para homenagear *São José*, fato este que comprova a tendência de utilizar um nome pretensamente religioso ao filho. Entretanto, o aluno comenta que a escolha do antropônimo *José* a ele foi dada por uma homenagem ao próprio pai, e não por ser um nome santo, o que conota um pertencimento à família e não a religião. Assim, a autora defende

Essa opção, por não determinar a religião do filho, pressupõe outra relação com a religião e com a religiosidade: trata-se do ponto de vista segundo o qual a religião é uma escolha individual, escolha que pode dar-se com base num elenco cada vez mais amplo de alternativas e que pode ser também uma escolha provisória, haja vista haver, hoje em dia, a possibilidade de um indivíduo mudar de religião várias vezes ao longo de sua vida (Seide, 2016: 348).

Portanto, a escolha da religiosidade parte do indivíduo ao longo de sua vida, que também tem a liberdade de mudar de religião. Se a motivação religiosa não é um dos principais fatores para atribuir um nome ao filho na década de 1980 e 1990, outras maneiras de nomear um indivíduo são pertinentes e podem demarcar outras questões identitárias e culturais. Dick (1992) afirma: “oculta-se, sem sombra de dúvida, na opacidade dos registros contemporâneos, quando os designativos são escolhidos, na maioria das vezes, muito mais pelos modismos atuantes no momento do que por qualquer outra preocupação com seu legítimo significado” (Dick, 1992,

p. 181). Isso comprova que as motivações para nomear um filho muda e os modismos, isto é, as tendências antroponímicas utilizadas naquele momento histórico, podem ser um fator de atribuição.

Exemplo semelhante ao do acadêmico *Valdiney José* também é observado no *corpus* desta pesquisa. No conjunto de entrevistas utilizadas, há narrativas de diferentes gerações de uma mesma família. *Maria Ivone* nascida na década de 1940, no Rio Grande do Sul, veio para a cidade de Marechal Cândido Rondon no período de colonização, em meados da década de 1950, ela relata a escolha de seu nome: “Olha, naquela época, naquela região, as pessoas sempre colocavam dois nomes no filho, e sempre nome de santos, católicos né, aí eu fiquei com Maria, e o Ivone também é católico”. É possível observar que tanto o primeiro quanto o segundo nome evidenciam a religiosidade da família, isso fica mais enfático no momento em que a entrevistada menciona que a prática de colocar nomes santos ocorria “sempre” na região de onde ela veio e que os nomes são da religião católica. Deitos (2007) explica que a Igreja católica teve um papel importante na formação das colônias no Rio Grande do Sul. Tal influencia perpassou o movimento migratório quando vindos para a região oeste do Paraná, “no caso das colônias italianas no Rio Grande do Sul, a presença do catolicismo colocava-se como força de nomeação. Está herança também pode ser relacionada, em parte, com o processo de colonização do oeste do Paraná” (Deitos, 2007: 185).

O relato de *Maria Ivone* sobre suas duas filhas, ambas nascidas na década de 1960, mostra certa divergência na prática de nomeação. A primeira, *Marli Maria*, foi assim nomeada: “Então tinha que botar dois nomes aí resolvi colocar Maria que é santo né, então a gente ia muito da igreja e o Marli era porque eu tinha uma cunhada que não podia falar direito, mas o nome de Marli ela conseguia falar, então eu coloquei Marli porque era um nome fácil que ela poderia falar”. A prática de dar nomes religiosos na segunda geração transcende apenas ao segundo nome, *Maria Ivone* novamente enfatiza a importância de dar um nome de santo já que

era devota e tem o hábito de ir à igreja, entretanto a escolha do primeiro nome foi uma questão estética, haveria de ser um nome simples de fácil pronúncia.

Sobre o nome de sua segunda filha, *Marlene Teresinha*, ela comenta: “eu tinha uma cunhada com o nome de Teresinha e também é um nome de uma santa né, daí resolvi colocar um nome da família e santo pra ela e o Marlene foi uma questão de gostar do nome”. Na segunda filha, o nome de santo também se evidencia apenas no segundo nome, se bem haja dupla motivação para o nome *Teresinha*: homenagem a tia, já o primeiro nome novamente foi a atribuição por uma questão estética.

Enquanto a motivação religiosa é para o primeiro e segundo prenome de *Maria Ivone*, para suas filhas, nascidas duas décadas depois já na cidade de Marechal C. Rondon, a motivação religiosa estende-se apenas para o segundo prenome. Dick (1992) afirma a tradição do uso do antropônimo *Maria* sempre acompanhado de mais um nome, como por exemplo *Maria Rosa*, *Maria Antonia* ou então *Maria Ivone*. Já as filhas não se utilizam do nome religioso como o primeiro e sim, o segundo, podendo ser uma evidencia de mudanças na norma antroponímica.

A filha *Marlene Teresinha*, que é residente na cidade, também relatou a escolha do nome de seus três filhos, *João Paulo* e *Pedro Henrique*, nascidos na década de 1980, e *Patrícia Helena*, nascida na década de 1990. Ela relata sobre a escolha dos nomes do primeiro filho: “João Paulo em homenagem ao avô materno que é João e o Paulo em homenagem ao tio paterno”. Na terceira geração da família os nomes por motivação religiosa não são mais utilizados, embora o nome *João* e *Paulo* tenham conotação religiosa. Os nomes foram atribuídos ao primeiro por uma homenagem à figura masculina na família, ao avô e ao tio. O mesmo que ocorre no *corpus* de Seide (2016) sobre o nome *Valdiney José*. Nomes para enaltecer a família na década de 1980.

Em relação ao segundo filho, *Marlene Teresinha* diz: “o nome Pedro Henrique foi feito a numerologia, foi escolhido cinco nomes antes de ele nascer e destes cinco nomes a

numeróloga fez, e achou melhor esses”. O nome do segundo filho já aponta para crenças individuais, nomes que podem atribuir características positivas aos filhos ou um bom agouro para este, nesse sentido, Dick (1992: 191, grifos da autora) aponta a necessidade desde muito tempo de atribuir nomes: “daí a importância de se ter um “bom nome”, segundo as tradicionais grupais, para atrair os benefícios de um mundo superior”.

Aspecto semelhante o ocorre com o terceiro filho de *Marlene Teresinha*, nascida na década posterior: “A Patrícia foi em homenagem a uma aluna, que o pai dela é professor, e ele tinha uma aluna muito aplicada, carismática e ele quis homenagear essa aluna e Helena foi pela numerologia, então dos nomes elencados, Helena foi o que melhor deu certo”. As duas últimas narrativas evidenciam a ideia de outras motivações serem interessantes para se nomear um filho, seja ela, a homenagem à família, a um conhecido ou crenças individuais dos pais.

Portanto, é notável que a prática de nomeação mudou nas três gerações, em 1930/1940 com a narrativa de *Maria Ivone* sobre seu próprio nome, a narrativa dela em relação aos nomes de suas filhas, nascidas em 1960 e, a narrativa de *Marlene Teresinha*, filha de *Maria Ivone*, que relata a escolha dos nomes de seus filhos, nascidos em 1980 e 1990.

Tendo um olhar mais abrangente, ao tempo que nomes cuja motivação religiosa tem diminuído, outras motivações são mencionadas. Tais motivações, grande parte utilizadas por modismos também podem evidenciar diferenças nas escolhas antroponímicas. Ainda que não seja o foco deste estudo, cabe aqui mencionar as motivações mais utilizadas no período em que a religiosa não obteve percentuais significativos. Para antropônimos femininos, como já mencionado, a década de 1990 não houve menção tanto em n1 quanto em n2; em contrapartida, os nomes da moda, influenciados pela mídia e a heterogeneidade cultural foram amplamente mencionados (66% em n1 e em n2). Ao passo que para os antropônimos masculinos, o intervalo sem motivação religiosa foi em n2 em três décadas consecutivas: 1970, 1980 e 1990. Na primeira teve destaque nomes em homenagem à família e modismos (35% e 23%

respectivamente), nessa o uso da motivação estética e mídia (22% e 26%) e nesta a mesma motivação da década anterior (41% e 6%).

Considerações finais

Esta pesquisa analisou se nomes, cuja motivação é religiosa, são o reflexo que uma sociedade mais religiosa no município de Marechal Cândido Rondon. Os nomes justapostos analisados, no recorte diacrônico, mostraram que atribuir nomes religiosos são preferíveis na década de 1930/1940, enquanto que na década de 1990, outras motivações são utilizadas.

Apesar de a motivação religiosa ter sido mencionada em menores ocorrências em algumas décadas (1980, 1990), não se confirma o fato de que a religiosidade do município diminuiu. Além disso, é notório observar que a identidade religiosa pode não ser evidente em antropônimos, e sim em outras escolhas do indivíduo. As entrevistas realizadas na família de *Maria Ivone* comprovam que a identidade religiosa que se expressa antroponimicamente não foi passada nas duas gerações posteriores.

Além disso, sob o viés socioantroponímico, esses dados revelam que a escolha de nomes religiosos, por exemplo, evidencia outra marca identitária: a cultura dos imigrantes trazidas de seu país de origem (SEIDE, 2020b). Com o contato com novo contexto social, novas motivações são utilizadas para nomear, o que pode transparecer uma necessidade dos pais em fazer com que os seus filhos sejam identificados como pertencentes a nova comunidade (SEIDE, 2020b: 102).

Embora a pesquisa tenha analisado questões como a religiosidade e identidade religiosa dentro do campo de estudos da Sócio-Onomástica, ainda se faz pertinente mais estudos a fim de que se possa conhecer melhor aspectos sociais e culturais da cidade de Marechal Cândido Rondon.

Recebido em 31/08/2020

Aceito em 29/09/2020

Publicado em 17/12/2020

Referências

- Deitos, N. J. (2007). A igreja católica no Oeste do Paraná e sua atuação no processo de colonização. *Migrações e a construção do Oeste do Paraná: século XXI em perspectiva*. Cascavel: Coluna do Saber. 183-189.
- Dick, M. V. de P. do A. (1992) *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. São Paulo: Coletânea de Estudos. FFLCH.
- Guérios, R. F. M. (1981). *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria.
- Hall, S. (1992). *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&.
- Jiménez Segura, S. (2016) *Los modelos de atribución del nombre de pila tradicional y a partir de la moda en el municipio de Tlalnepantla de Baz, estado de México. Estudio sincrónico y diacrónico de tres calas: 1930, 1960 y 1990*. (Dissertação de Mestrado), Escuela Nacional de Antropología e Historia.
- López Franco. Y. G. (2014). Los nombres de pila en la década de 1980 en Montpellier, Francia, y en Tlalnepantla de Baz, México, bajo un enfoque socioantroponímico. In: Isquierdo, A.N.; Dal Corno, G.O.M, *As ciências do léxico. Lexicologia, lexicografia, terminologia*, Campo Grande: Ed. UFMS.
- Pensin, T.G. (2020). Uma revisão ao perfil nomeador dos habitantes de Toledo, Paraná: tradicional ou inovador? *Onomástica desde América Latina*, n.1, v.1. 199-221.
- Saatkamp, V. (1985). *Desafios Lutas e Conquistas: História de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste.
- Seide, M. S. (2016). A identidade religiosa na antroponímia de Marechal Cândido Rondon. *Revista Relin*, v. 24, n. 1. 167-186.
- Seide, M. S. (2018). Moda e tradição na antroponímia. A.N.; Dal Corno, G.O.M, *As ciências do léxico. Lexicologia, lexicografia, terminologia* Campo Grande: Ed. UFMS. 161 – 178.
- Seide, M. S. (2020a). A Antroponomástica Comparada. *Onomástica desde América Latina*, n.2, v.1. 83-102
- Seide, M. S. (2020b). Antroponimia, diáspora y migración: los descendientes de lituanos en Brasil. *Onomástica desde América Latina*, n.1, v.1. 100-121
- Van Langendonck, W. (2007). *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.